

CRESCIMENTO E ESTADO NUTRICIONAL DE CRIANÇAS QUILOMBOLAS DE DIFERENTES COMUNIDADES DO ESTADO DO PARÁ

Raissa Cecília Rosalino Guimarães¹; Hilton Pereira da Silva²

¹Mestranda em Saúde, Ambiente e Sociedade na Amazônia; ²Doutor em Antropologia
raissa_guimaraes28@hotmail.com

Universidade Federal do Pará (UFPA)

Introdução: Quilombos são grupos populacionais com características étnico-raciais específicas localizados em diferentes regiões do país, principalmente em áreas rurais, com certo grau de isolamento geográfico, desigualdades socioeconômicas e acesso restrito aos serviços de saúde. Os direitos dessas populações, denominadas comunidades remanescentes de quilombos, são assegurados legalmente pela Constituição Brasileira, no entanto, tais reconhecimentos ainda não foram suficientes para suprir as necessidades destes grupos, particularmente entre as crianças, consideradas as mais vulneráveis, com altos índices de déficits nutricionais e pouco acesso aos serviços de educação e saúde, mostrando a ineficácia na cobertura dos programas propostos pelos Governos, que visam à promoção social. **Objetivo:** Avaliar o crescimento e estado nutricional de crianças das comunidades remanescentes quilombolas de Santo Antônio, África/Laranjituba e Mangueiras, localizadas no Estado do Pará. **Métodos:** Estudo de delineamento transversal constituído por 48 crianças de 0 a 5 anos, representando mais de 70% desta faixa etária nas comunidades. A antropometria seguiu técnica padronizada e os dados foram convertidos em escores-z utilizando-se o programa WHO-Anthro. Os índices Peso/Estatura (P/E), Estatura/Idade (E/I), Peso/Idade (P/I) e o Índice de Massa Corporal/Idade (IMC/I) foram os descritores do estado nutricional em todas as idades. Consideraram-se estatisticamente significativos os valores de $p < 0,05$. Consentimento verbal para participar foi solicitado e confirmado por escrito ou por impressão digital, e registrado através de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), seguindo os parâmetros da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. O projeto foi aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará (UFPA), em 12 de abril de 2007. **Resultados/Discussão:** Ao analisar a situação geral das crianças, quanto ao índice P/E, nota-se que a magreza ainda é presente em 6,25% desta população, no entanto, o diagnóstico de excesso de peso prevalece, em 20,8% das crianças analisadas, o que é considerado um valor expressivo, em especial tratando-se de grupos rurais. Com relação ao índice E/I, os déficits estaturais apresentaram valores expressivos em todas as comunidades analisadas, em que 31,1% das crianças foram diagnosticadas com baixa e até mesmo muito baixa estatura para idade. O índice P/I, apesar de ter se apresentado adequado em grande parte da população analisada, ainda merece atenção, pois 6,25% das crianças apresentaram baixo peso para idade. O IMC/I apresentou-se eutrófico para a maioria das crianças das comunidades quilombolas estudadas, sendo observado valores significativos para o excesso de peso, que já acomete 22,9% das crianças. É notório que o processo de transição nutricional tem delineado um novo cenário epidemiológico nacional, caracterizado por um declínio marcante na prevalência de desnutrição e aumento dos casos de sobrepeso e obesidade em crianças menores de cinco anos. A desnutrição e a obesidade são distúrbios nutricionais que decorrem do atendimento inadequado das necessidades energéticas do organismo, determinando consequências para a saúde dos indivíduos. A desnutrição condiciona crescimento e desenvolvimento deficientes, maior vulnerabilidade a doenças infecciosas, comprometimento de funções reprodutivas e redução da capacidade de trabalho. A obesidade, por sua vez, é um problema em ascensão, já sendo considerada uma

epidemia e tem determinado novos padrões na distribuição e na dinâmica das doenças na população, e sua repercussão na saúde do indivíduo inclui diversos distúrbios metabólicos, incluindo a hipertensão, diabetes e doenças cardiovasculares. Em estudo realizado por Pinho et al. (2013) com crianças menores de 10 anos em diferentes comunidades remanescentes de quilombos da Ilha do Marajó, o IMC para idade revelou que 7,14% das crianças analisadas apresentaram obesidade, corroborando com os dados desta pesquisa que mostrou a tendência do excesso de peso nas crianças das comunidades participantes. O meio ambiente tem se mostrado condicionante para o crescimento e desenvolvimento de crianças, incluindo fatores como a qualidade do ar, da água, saneamento precário e inadequado, denominados perigos “tradicionais” comumente ligados a pobreza e exclusão social; e também, mudanças nos padrões de comportamento e estilo de vida, que englobam poluição do ar, da água, do solo, mudanças climáticas, dietas inadequadas, falta de atividade física e uso de drogas e bebidas alcoólicas, denominados perigos “modernos”, influenciando fortemente no processo de desenvolvimento físico e mental de crianças. Estudo realizado por Silva e Crews (2006) com crianças residentes nas comunidades de Caxiuanã, Aracampina e Santana localizadas no Estado do Pará mostrou uma forte correlação das condições socioecológicas no crescimento de suas crianças, cuja população apresentou déficits estaturais e ponderais importantes com relação E/I, P/I e P/E, mesmos índices analisados no presente estudo. **Conclusão:** A partir dos resultados obtidos nesta pesquisa, nota-se que as crianças dos quilombos analisados do estado do Pará apresentam valores preocupantes relativos aos índices P/E, E/I, demonstrando que a desnutrição crônica ainda é um importante agravo nessas populações. Entretanto, concomitantemente a este cenário, percebe-se a ascensão do excesso de peso entre os menores de cinco anos de idade, ratificando o processo de transição nutricional que está acontecendo no país. No entanto, é perceptível a heterogeneidade deste processo na região amazônica, pois é possível encontrar crianças com diferentes diagnósticos nutricionais, que variam de magreza à obesidade, dentro de uma mesma comunidade e até da mesma residência. As dificuldades que a população infantil tem em atingir seus potenciais de crescimento podem correlacionar-se com as características sociodemográficas e ecológicas da região, marcada por certo isolamento geográfico, agricultura primária e infraestrutura inadequada, situações que impossibilitam que estas comunidades tenham acesso aos serviços de saúde, condições sanitárias e alimentação adequadas.

Referências:

- BATISTA FILHO, M. B., RISSIN, A. 2003. **A transição nutricional no Brasil: tendências regionais e temporais.** Caderno de Saúde Pública, 19(1): 81-91. 2003.
- FERREIRA, H. S. et al. **Nutrição e saúde das crianças das comunidades remanescentes dos quilombos no Estado de Alagoas, Brasil.** Revista Panamericana de Salud Publica 30(1): 51-57. 2011.
- OLIVEIRA, A. S. J. **Quilombolas do Pará: condições de vulnerabilidade nas comunidades remanescentes de Quilombo.** Assis: Triunfal Gráfica e Editora. 2011.
- PINHO, P. M., PAMPLONA, V. M. S., RAMOS, E. M. L. S. **Avaliação nutricional em Quilombolas Marajoaras.** Belém: UFPA/ PROEX. 2013.
- SILVA, H. P., CREWS, D. E. **Ecology of children's growth: an example from transitional populations of the Brazilian Amazon.** Intl Jnl Anthropology (21): 97-109. 2006.